



**CONSELHO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
ARTÍSTICO DO ESTADO DO AMAZONAS – COPHAM
15ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – 2021/2023**

1 **ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO DE**
2 **PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DO AMAZONAS, BIÊNIO**
3 **2021 A 2023.** Ao decimo sétimo dia, do mês de Agosto, do ano de 2022, às 14h,
4 reuniram-se, de forma presencial e virtual, na Sala de cinema do Centro Cultural
5 Palácio da Justiça, sito a Av. Eduardo Ribeiro, 901 - Centro, Manaus - AM, 69400-
6 901. Conforme convocação de 15 de agosto de 2022, encontra-se aberta a 15ª
7 Sessão Ordinária do Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do
8 Amazonas. Em virtude dos poderes investidos pelo artigo 3º do Decreto N° 25.978/06,
9 assumiu o exercício da presidência o senhor **ABRAHIM SENA BASE** em face da
10 ausência justificada do presidente **MARCOS APOLO MUNIZ DE ARAÚJO** e como
11 Secretário geral para auxiliá-lo nos trabalhos convidou o Sr. **SÉRGIO CRUZ** da equipe
12 de apoio, em face da ausência justificada da Srta. **TAMIRES DE LIMA**, secretaria
13 geral do COPHAM. Convidou o sr. **WELLISSON BRITO BATISTA**, representante da
14 cadeira do **CONEC** neste conselho, para também compor essa mesa diretora nos
15 termos do regimento interno. Informou que encontram-se presencialmente, além dos
16 membros da mesa diretora, que representam as cadeiras do **IGHA e do CONEC**, os
17 membros titulares do conselho. Agradeceu a presença de todos e, dando início aos
18 trabalhos desta plenária, passou para o **EXPEDIENTE: Dr. Sérgio Cruz** informou que
19 não há ata disponível para aprovação por estar em revisão. Ainda estão no
20 aguardando a resposta da **ALEAM** para agendar uma reunião sobre tombamentos,
21 registros e salvaguardas, visando abrir um canal de comunicação para alinhar esses
22 procedimentos. Informou que será realizado nos dias 12 e 13 de Novembro, no Teatro
23 Amazonas o encontro de Tenores do Brasil. **PROPOSIÇÕES:** Assim, não tendo
24 proposição, passou a **ORDEM DO DIA:** Apresentação do Instituto do Patrimônio
25 Histórico e Artístico Nacional. Conselheira Karla Bitar, arquiteta e urbanista com
26 formação e especialização plena pela Universidade Mackenzie, atuou por 20 anos na
27 iniciativa privada na área de projetos e coordenação. Desde setembro de 2016, exerce
28 o cargo de superintendente do IPHAN no Amazonas. Mauro Augusto Dourado
29 Menezes, técnico, antropólogo e superintendente substituto do IPHAN no Amazonas.
30 É doutorando em Antropologia Social pelo PPGAS – UFAM. Mestre em Sociedade e
31 Cultura na Amazônia, bacharel e licenciado em Ciências Sociais na UFAM. Manuel
32 de Jesus Pereira, graduado em Filosofia, mestre em Sociologia – UFAM. Atua como
33 analista de área de Patrimônio Cultural no IPHAN. Informou que o material será
34 colocado no telão e passou a palavra à conselheira Karla Bitar para que inicie a sua
35 importante apresentação. **A Conselheira Karla Bitar** saudou o Senhor Abraham Baze

36 em nome de todos os conselheiros, cumprimentou o Senhor Mauro Dourado,
37 superintendente substituto, e o Senhor Manuel de Jesus, suplente presente na
38 reunião. Também cumprimentou os conselheiros presentes e online e agradeceu ao
39 Instituto de Patrimônio pela oportunidade de compartilhar o trabalho e o Patrimônio
40 Cultural Brasileiro no Amazonas. Salientou que o patrimônio cultural é definido pelo
41 artigo 216 da Constituição como bens materiais e imateriais que remetem à
42 identidade, ação e memória dos diversos grupos sociais do Brasil. Enfatizou que para
43 o IPHAN, o foco de trabalho são os bens de relevância nacional, caracterizados por
44 diversas formas de expressão cultural, modos de criar, fazer e viver, ações científicas,
45 artísticas e tecnológicas, obras, objetos, documentos, edificações, além de conjuntos
46 urbanos, sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico
47 e científico. Em um momento de recapitulação, a conselheira Karla Bitar ressaltou a
48 importância do Dia do Patrimônio, que coincidiu com a reunião do conselho,
49 destacando a figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade, um dos mentores e
50 fundadores do IPHAN. Ela citou a missão do IPHAN de ser reconhecido como
51 instituição de excelência na gestão compartilhada e sustentável do patrimônio cultural,
52 ressaltando o compromisso de cooperação e alinhamento do órgão com entidades do
53 Governo Federal e municipal. Passou a palavra ao antropólogo Mauro Dourado,
54 integrante do corpo técnico do IPHAN no Amazonas, enfatizando que ele abordará o
55 patrimônio imaterial e trará uma narrativa relevante para diálogos com a sociedade
56 civil, incluindo a interação com a Assembleia. **Mauro Dourado** saudou a todos
57 presentes, considerando uma grande honra fazer parte desse momento. Ele destacou
58 a importância do Dia do Patrimônio, mencionado pela conselheira Karla Bitar, como
59 uma data significativa tanto para o Instituto quanto para o país, ressaltando a
60 relevância histórica, cultural e identitária do povo brasileiro. Abordou a atuação do
61 Instituto em relação ao patrimônio imaterial, demonstrando o compromisso com a
62 preservação desse aspecto fundamental da cultura e da história do povo brasileiro.
63 Mencionou a atuação do Instituto em relação ao patrimônio imaterial, um aspecto
64 fundamental da cultura brasileira. Ele ressaltou a importância do marco legal
65 estabelecido pela Constituição de 1988, que reconhece as dimensões do patrimônio
66 material e imaterial. Nesse contexto, surge a questão sobre o que seria o patrimônio
67 imaterial e qual é a atuação do IPHAN em relação a esse tipo de patrimônio. Destaca
68 que, apesar da Constituição de 1988 abordar essa temática, as discussões sobre o
69 patrimônio imaterial são mais antigas e foram intensificadas na década de 70 por
70 coletivos e pesquisadores, recuperando ideias de nomes como Mário de Andrade e
71 outros centros de referência cultural no movimento importante na década de 70 e 80.
72 Em 88 há essa referência ao imaterial. A ideia de referência cultural é um aspecto
73 importante que trouxe aqui, mas somente é compreendido, é regulamentado, é
74 instituído um instrumento legal sobre o patrimônio imaterial, somente em 2000,
75 quando do decreto 3551, que institui o registro. O patrimônio material, está falando de

76 tombamento. Patrimônio imaterial, o instrumento legal é o registro e tem as suas
77 diferenças e peculiaridades. Esse decreto vai estabelecer não só o registro, como
78 também um Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e vai dar outras providências
79 a partir de 2000. É uma política muito recente, portanto, que está em processo de
80 maturidade e construção. Um conceito importante que é trazido na Constituição é a
81 ideia de referência. Até então, até antes da Constituição, o entendimento que o
82 patrimônio era valorado em si mesmo, era um valor intrínseco ao patrimônio, à coisa,
83 o objeto. E, a partir da Constituição, traz esse elemento importante que é de
84 referência, ou seja, não é só intrínseco ao objeto, mas também ele é atribuído pelas
85 pessoas, o valor é atribuído pelas pessoas, por isso ele é uma referência cultural.
86 Patrimônio, passou a ser entendido como uma referência. São sentidos e valores de
87 importância diferenciada atribuídos aos diversos domínios e práticas da vida social.
88 Abrindo um leque de referências, não só da materialidade. Fazer edificações, dos
89 monumentos históricos, mas também das práticas culturais, das festas, que são
90 formadores e organizadoras estruturantes da sociedade, dos grupos sociais. E aí esse
91 elemento vai fazer toda uma diferença, porque a discussão da escolha do que é
92 patrimônio saiu do campo do valor em si, do valor apenas técnico, intelectual, mas
93 também da participação social naquilo que é atribuído de valor e referência do lugar,
94 referência da identidade brasileira. Não é à toa que nós vamos daqui a pouco mostrar
95 para vocês, quando na construção da normatização do centro histórico, a participação
96 da sociedade em relação a quais são as referências culturais e valores a serem
97 preservados no Centro Histórico, que tipo de sentimento, de pertencimento a esse
98 lugar a sociedade tem a parte *falha no áudio* com esse lugar? E aí, o patrimônio
99 imaterial se constitui nessas referências em 4 livros de registro são eles: as
100 características de saberes; celebrações; formas de expressão e lugares. Essas
101 referências não estão, por exemplo, no caso dos lugares, o valor não está no lugar
102 em si, mas uma referência de memória para a sociedade. Temos para cada um desses
103 livros de registro, um patrimônio imaterial. Então, os bens imateriais dizem respeito às
104 práticas, e essa é uma crítica importante também, às práticas, não ao objeto, não a
105 maternidade, mas as práticas, as relações com essas referências que se manifestam
106 e tem notoriedade social, tem uma relevância no social, tem um enraizamento social,
107 tem uma continuidade social e, por isso, também uma relevância nacional. Está
108 falando aqui no recorte do IPHAN, de uma dimensão de relevância nacional sobre o
109 patrimônio, ou seja, uma narrativa que perpassa uma história da formação brasileira.
110 O que, nesse caso aqui, não diz que esse patrimônio é só sobre gestão do IPHAN e
111 não é do Estado do Amazonas. No Estado do Amazonas, o primeiro parágrafo após
112 o artigo 216 da Constituição estabelece que a gestão do patrimônio é uma
113 responsabilidade conjunta dos entes estaduais, municipais e federais. Essa
114 responsabilidade é compartilhada por todos na gestão dos patrimônios culturais. O
115 primeiro lugar a ser registrado no Livro dos Lugares é a Cachoeira do Iauaretê,

116 localizada no Alto Rio Negro, especificamente na região da Cabeça do Cachorro,
117 próximo à Boca do Cachorro. Esse local é considerado sagrado e uma referência
118 cultural para mais de 23 etnias indígenas do Rio Negro, atribuindo um valor importante
119 para sua identidade e memória. Para essas comunidades indígenas, cada laje e pedra
120 na cachoeira conta a história da formação do mundo e das etnias, sendo um local
121 significativo para a criação da humanidade. Os diferentes povos indígenas atribuem
122 significados distintos a esses lugares sagrados, como a luta do Deus Trovão e a
123 resistência das etnias Tariano e Tukano. A Cachoeira do Iauaretê é ponto central
124 dessas narrativas, representando marcos temporais da formação e criação da
125 humanidade na região do Rio Negro. Outros bens imateriais registrados incluem o
126 Ofício dos Mestres e a Roda de Capoeira, presentes em diferentes livros do saber. A
127 Capoeira, por exemplo, é um bem de abrangência nacional e sua salvaguarda
128 também ocorre no território do Amazonas. O sistema agrícola tradicional do Alto Rio
129 Negro, registrado no Livro dos Saberes, envolve o conhecimento ancestral sobre
130 diversas espécies de plantas, transmitido por várias etnias da região. Essas práticas
131 agrícolas tradicionais estão ligadas principalmente ao cultivo da mandioca e são
132 preservadas por mais de 23 povos indígenas na região, abrangendo municípios como
133 São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Santa Isabel. Novamente, 23 povos detêm mais
134 de 2000 espécies de plantas, com a centralidade no domínio da mandioca. É
135 importante dizer que na ocasião do registro, do sistema agrícola. No IPHAN havia uma
136 discussão em relação às comidas típicas do Brasil sobre como inventariar e registrar
137 a importância dessas tradições culinárias, com destaque para a mandioca e a farinha,
138 essenciais na culinária brasileira em todo o território nacional. Os conhecimentos
139 milenares dos povos indígenas sobre a mandioca e a relevância da farinha refletem a
140 riqueza cultural e gastronômica do Brasil. Nesse contexto, a discussão aborda o
141 domínio da biodiversidade, o conhecimento ecológico e o valor sagrado atribuído às
142 plantas, que representam seres pertencentes às etnias locais. Os dossiês disponíveis
143 no site do IPHAN detalham esses registros, evidenciando a importância desses
144 conhecimentos tradicionais. O complexo cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas
145 e Parintins também foi registrado, destacando as celebrações e tradições associadas
146 à festa do boi-bumbá nessa região. O inventário incluiu a documentação das formas
147 de celebrar e as festividades relacionadas ao Boi Bumbá, concentrando-se nos
148 municípios de Itacoatiara, Maués e Parintins. Uma foto representativa da entrega do
149 título de Patrimônio Cultural Brasileiro no Festival Folclórico de Parintins em 2019
150 ilustra a importância dessa tradição. Além dos bois de Parintins, outras manifestações
151 culturais, como os bois de rua, foram reconhecidas como patrimônio cultural,
152 enfatizando a necessidade de preservação dessas práticas. Os bens reconhecidos no
153 Amazonas são regidos pelo Programa de Salvaguarda estabelecido pelo decreto 3551
154 de 2000 e pelas diretrizes da Política Nacional de Salvaguarda na portaria 200 de
155 2016. Essas ações visam promover a sustentabilidade, proteção, difusão e promoção

156 desse patrimônio cultural. Por fim, foram solicitadas ao Senhor Manuel a leitura dos
157 trabalhos realizados desde 2019. **O conselheiro Manoel de Jesus** destacou as
158 atividades realizadas pelo IPHAN a partir de 2019, enfocando mais intensamente a
159 salvaguarda dos bens culturais. Ele mencionou uma lista de atividades realizadas
160 nesse período, destacando aquelas que foram mais visíveis. Em relação aos bens
161 registrados, em 2019 ocorreu o Quarto Concelho da Roça em São Gabriel da
162 Cachoeira, relacionado ao Plano de Salvaguarda do Sistema Agrícola Tradicional do
163 Rio Negro. Além disso, foi realizada a Quarta Reunião de Salvaguarda do Sistema
164 Agrícola e a celebração dos 10 anos do registro desse sistema durante a pandemia. O
165 âmbito da capoeira, em 2021 foi produzido o livro "Patrimônio Gingado do Amazonas
166 e sua salvaguarda", disponível no formato eletrônico no site do IPHAN. O livro conta
167 com a participação de mestres do conselho dos mestres do IPHAN, retratando a
168 história e a importância da capoeira e sua salvaguarda. O IPHAN apoiou as atividades
169 locais para a revalidação da roda da capoeira, enfatizando a importância da capoeira
170 como um bem de registro nacional que requer a salvaguarda nos locais de ocorrência,
171 como no Amazonas. O IPHAN também participou da realização do Primeiro Webinário
172 da Capoeira no Amazonas, Amazônia Legal, em 2021, facilitando a comunicação
173 entre os representantes da capoeira e a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC).
174 Além disso, contribuiu ativamente na formulação, organização e logística do primeiro
175 fórum nacional, visando apoiar os eventos relacionados à salvaguarda da capoeira.
176 Em 2022, foram realizadas oficinas de salvaguarda do Sistema Agrícola Tradicional
177 do Rio Negro e da Cachoeira de Irapê, evidenciando o compromisso do IPHAN com
178 a preservação do patrimônio imaterial. Essas atividades representam um resumo das
179 ações relacionadas ao patrimônio imaterial realizadas pelo IPHAN. **Mauro Dourado**
180 discorreu sobre a importância da salvaguarda do patrimônio imaterial e os desafios
181 envolvidos nesse processo. Ele destacou que o objetivo não é apenas patrimonializar,
182 mas preservar efetivamente esse patrimônio, tornando-o sustentável e um ativo
183 socioeconômico para as futuras gerações. O desafio é garantir a continuidade das
184 práticas culturais presentes, promovendo a pesquisa, valorização, sustentabilidade e
185 mobilização social para esses bens. Ele enfatizou a importância do envolvimento dos
186 detentores desse conhecimento, como mestres e mestras, que são os protagonistas
187 na política de salvaguarda do patrimônio imaterial. O Programa Nacional do
188 Patrimônio Imaterial apresenta quatro linhas de atuação: pesquisa, sustentabilidade,
189 mobilização social e gestão participativa. A gestão compartilhada entre os entes
190 federais, estaduais e municipais é fundamental para o sucesso da salvaguarda do
191 patrimônio cultural. Ressaltou a necessidade de promover e divulgar amplamente o
192 patrimônio cultural, assegurando o acesso a essas referências culturais para as
193 gerações futuras. Ele destacou que a imaterialidade não tem suporte no material,
194 como no caso da capoeira em que os instrumentos são materiais, mas o conhecimento
195 e a prática são imateriais, centrados nas pessoas. A materialidade está presente no

196 suporte de memória e identidade dos bens patrimoniais, enquanto a imaterialidade
197 está vinculada aos detentores dos conhecimentos e práticas culturais. Sobre a
198 importância da preservação do patrimônio cultural dentro dos moldes do Marco Legal
199 estabelecido pela Constituição Federal, buscando reconhecer e valorizar as práticas
200 culturais transmitidas pelas gerações. Ressaltou a participação ativa dos detentores
201 desses conhecimentos na construção e disseminação do patrimônio cultural imaterial.
202 **A conselheira Karla Bittar** expressou gratidão pela participação de Mauro Dourado,
203 reconhecendo sua competência e dedicação ao patrimônio cultural, ressaltando seu
204 papel na sustentabilidade dos bens culturais registrados. Ela também demonstrou
205 curiosidade em relação ao título de Patrimônio Cultural Brasileiro atribuído aos bois
206 Bumbá do Médio Amazonas e Parintins, enfatizando a importância da preservação
207 desses bens. Além disso, Karla mencionou o registro do Sistema Agrícola Tradicional
208 do Rio Negro e da Cachoeira de Auaretê pelo IPHAN, destacando a relevância
209 nacional desses bens, apesar de serem menos divulgados no Amazonas. Ressaltou
210 a importância de valorizar e reconhecer esses bens a nível estadual, além do
211 reconhecimento federal, e defendeu a promoção de uma política que valorize e
212 preserve as práticas culturais. Karla discutiu a importância das práticas culturais dos
213 bois Garantido e Caprichoso em Parintins, destacando a necessidade de apoio
214 governamental para outras manifestações culturais que também necessitam de
215 incentivo. Enfatizou a atuação do IPHAN na preservação de bens culturais, tanto
216 materiais quanto imateriais, citando exemplos de bens tombados no Amazonas como
217 o Teatro Amazonas e o Reservatório do Mocó. Abordou a relevância de locais como
218 o Porto de Manaus, o Mercado Municipal Adolpho Lisboa, o Conjunto Paisagístico e
219 Arquitetônico no Centro Histórico de Manaus, destacando a importância desses
220 lugares para a história e cultura local. Ela mencionou as ações do IPHAN no Centro
221 Histórico de Manaus, realçando a importância de estudos de campo para
222 compreender as referências culturais e memórias das pessoas que frequentam a
223 região, visando não só a preservação da parte física, mas também dos espaços
224 culturais e de convívio. Compartilhou as atividades realizadas pelo IPHAN nos últimos
225 anos no Centro Histórico de Manaus, evidenciando o compromisso com a preservação
226 do patrimônio cultural na região. **Manoel de Jesus** relatou sobre algumas das ações
227 realizadas pelo IPHAN em parceria com outras instituições, desde a revitalização das
228 praças até a restauração de edifícios históricos em Manaus. Destacou a requalificação
229 de locais como a Praça da Matriz e a Praça Tenreiro Aranha, com investimentos
230 significativos. Além disso, mencionou o restauro do Pavilhão Universal, a
231 requalificação da Praça Alberto Valle e da Praça Dom Pedro II, bem como a
232 restauração da antiga Câmara Municipal e da Biblioteca Pública Municipal. Um dos
233 projetos destacados por Manoel foi o restauro do Casarão da Inovação Cassina,
234 antigo Hotel Cassina, que recebeu reconhecimento internacional. Em 2022, o Casarão
235 da Inovação Cassina foi premiado com o Prêmio Oscar Niemeyer, concedido pela

236 Bial da Arquitetura da América Latina, sendo o único projeto brasileiro a vencer
237 nesta categoria. Além disso, o projeto foi selecionado para o Prêmio do Centenário do
238 Instituto dos Arquitetos do Brasil, recebendo reconhecimento em âmbito nacional e
239 internacional. Outras ações do IPHAN incluíram a modernização dos sistemas de
240 combate a incêndio e SPDA do Teatro Amazonas, o restauro do edifício sede do
241 IPHAN, a restauração da igreja São Sebastião, a restauração da Torre Sineira e a
242 restauração planejada da Igreja Matriz, da Alfândega e dos edifícios do correio no
243 programa Revive. Além disso, trabalhos de adequação e modernização estão sendo
244 realizados em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas e
245 recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos. Essas ações demonstram o
246 comprometimento do IPHAN e de suas parcerias com a preservação do patrimônio
247 histórico e cultural de Manaus, contribuindo para a valorização e conservação dos
248 bens patrimoniais na região. **A conselheira Karla Bitar disse que** na gestão do
249 Centro Histórico, quer agradecer a parceria da Secretaria de Cultura e da prefeitura,
250 através do IMPLURB e reforçar que esse acordo de cooperação técnica que tem visa
251 criar um ambiente mais favorável para aprovação das intervenções. Tem dito muito
252 na sua gestão que o patrimônio edificado não é engessado, a depender do bem, ele
253 é passível de alterações e até de substituições, que essa substituição pode, sim,
254 agregar ao conjunto arquitetônico e trazer benefícios para sociedade, então entende
255 que isso é importante. Quer colocar também que, dentre os bens tombados, tem o
256 Encontro das Águas dos rios Negro e Solimões, inscrito no Livro do Tombo
257 Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, que foi tombado também em 2010. Esse
258 tombamento foi emergencial, cuja demanda partiu do Ministério Público Federal e aí
259 o IPHAN, de forma emergencial, tombou sem saber muito bem o que estava
260 tombando. E a partir daí começou um estudo de conhecimento do bem. Teve acesso,
261 são caixas e caixas ainda, processo físico de entendimento e depois debate para
262 saber, efetivamente, o que que havia tombado e o que que se pretendia preservar.
263 Até que no ano de 2017 foi publicada uma portaria com o regramento para as
264 intervenções na área. É importante colocar aqui que o IPHAN, obviamente, não tem
265 poder de manter ou de regulamentar a manutenção do fenômeno hídrico, que
266 depende de diferença de temperatura, de diferença de PH, diferença, enfim, de
267 composição. Mas sim, o que que o IPHAN pretende preservar a moldura paisagística.
268 Então, a partir desse entendimento, o IPHAN possui regras que permitem a ocupação,
269 mas com tanto que a moldura paisagística se harmonize com a paisagem cultural que
270 tem, até porque são áreas do município, são dinâmicas. Então, até a sua interpretação
271 como urbanista, não adiantaria, nesse caso, dizer “não pode nada”, isso estaria na
272 contramão, inclusive, até porque parte da área de entorno e área tombada, salvo
273 engano, compõem o Distrito 2, e aí tem a Colônia Antônio Aleixo, também etc. Bom,
274 um pouco sobre o nosso patrimônio arqueológico que é muito pouco citado aqui nas
275 reuniões, está querendo dizer que o patrimônio arqueológico no Estado do Amazonas

276 é riquíssimo, tem mais de 1.000 sítios arqueológicos conhecidos. Se conhece, mas
277 boa parte deles não se sabe exatamente, não tem-se um detalhamento para torná-los
278 registrados, ou seja, oficiais. Mas só pelo fato de existirem, eles já são objeto de
279 acautelamento do IPHAN. Nos últimos 2 anos e este ano conseguiram destinar um
280 recurso para cadastrar mais de 370 sítios em Manaus, Iranduba, Manacapuru, Silves
281 e Itacoatiara e esse trabalho tende a ter continuidade nos próximos anos, assim
282 espera. Então, por conta do patrimônio arqueológico, e do patrimônio edificado, e por
283 conta do patrimônio registrado imaterial, participou do processo de licenciamento
284 ambiental. Aqui trouxe um exemplo dos Geoglifos, tem aqui essas imagens são
285 Geoglifos no Peru. Próximo. Mas nós também temos Geoglifos aqui no Amazonas, no
286 Brasil, no Acre. Então, por que que o IPHAN participa do processo de licenciamento?
287 Por exemplo, aqui nós temos uma imagem de um Geoglifo e uma rodovia passando
288 no meio. Então, assim, à medida em que o IPHAN dá a sua contribuição e tem a
289 oportunidade de indicar para o órgão ambiental se aquele empreendimento tem ou
290 não impacto no patrimônio cultural, pode corrigir ocorrências como essa antes. Só
291 para exemplificar aqui, o IPHAN também atua no patrimônio ferroviário, não tem aqui
292 no Amazonas patrimônio ferroviário, o IPHAN tem um mestrado profissional de
293 preservação, também trabalha na salvaguarda da diversidade linguística, que é uma
294 temática muito específica, na autorização de saída de obras de arte do país, recebe
295 algumas solicitações e aí autoriza. Claro que a turma lá da superintendência de Minas,
296 de São Paulo ou do Rio, tem mais demanda do que aqui. O cadastro de negociantes
297 de obra de arte, porque o IPHAN trabalha em parceria com a Polícia Federal para que
298 não haja a lavagem de dinheiro. Os prêmios Rodrigo Melo Franco de Andrade, tem
299 programas, o PAC Cidades Históricas, a própria Lei Rouanet, tem Arquivos Central,
300 publicações do IPHAN. Aqui fez uma referência à equipe da superintendência do
301 Amazonas, em nome aqui do Mauro e em nome do Manuel, agradeceu imensamente
302 a confiança, porque dizem que tem feito uma gestão positiva, mas isso graças à
303 equipe que comprou a ideia e que realmente trabalha engajada, aqui também os
304 terceirizados, a estagiária, todos são importantes, não é uma equipe tão grande
305 quanto gostariam, mas sinceramente, a equipe dá conta. Deixou o seu agradecimento,
306 os nossos canais, são o nosso site, aqui o nosso Instagram, Facebook, é só
307 divulgando aqui que também tem hoje protocolo digital. E como não poderia deixar de
308 fazê-lo, trouxe aqui para concluir a sua fala, é apaixonada por essa fala da socióloga
309 Cecília Londres, que fala sobre patrimônio cultural. *“Patrimônio cultural é tudo o que*
310 *criamos, valorizamos e queremos preservar. São os monumentos, as obras de arte,*
311 *também as festas, músicas e danças, e folguedos, e as comidas, os saberes, fazeres*
312 *e falares. Tudo, enfim, que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia”*, essa é
313 a socióloga Cecília Londres. Então encerrou aqui a sua participação, agradecendo aí
314 pela paciência e pelo prestígio desse conselho aqui e dos conselheiros. **O**
315 **PRESIDENTE** elogiou a excelente apresentação promovida pelo IPHAN e destacou a

316 competência da equipe, expressando surpresa pela quantidade de pessoas
317 trabalhando no órgão. Em seguida, abriu espaço para perguntas dos presentes, as
318 quais foram respondidas pelos palestrantes. **O Conselheiro Carlos Flavio** solicitou
319 que a apresentação fosse disponibilizada nos arquivos para consulta. **A conselheira**
320 **Karla Bitar** afirmou que a apresentação estaria disponível e seria distribuída a todos.
321 Posteriormente, **a conselheira Rosemara Staub** parabenizou Karla, superintendente
322 do IPHAN no Amazonas, e sua equipe pelo excelente trabalho e crescimento na
323 parceria e preservação do patrimônio. Ela ressaltou a importância da boa gestão e
324 das relações colaborativas entre os órgãos públicos, destacando o engajamento e a
325 sensibilidade de Karla. Enfatizou a evolução das ações em conjunto com a prefeitura,
326 Governo do Estado e o Conselho, testemunhando a relevância do trabalho conjunto.
327 salientou a importância de ampliar a comunicação com a sociedade, incluindo escolas,
328 para sensibilizar sobre a importância do patrimônio cultural e envolver a população na
329 sua preservação. Destacou a relevância de levar essa comunicação também à
330 Assembleia, envolvendo os deputados e estabelecendo uma relação mais próxima
331 com o governo. Expressou alegria em participar do evento e agradeceu pela
332 oportunidade, elogiando a clareza e a didática da apresentação. Ela enfatizou a
333 importância de contribuir para que as ações de preservação do patrimônio cultural
334 possam ser efetivamente realizadas. **A conselheira Karla Bitar** agradeceu as
335 palavras da professora Rosemara, enfatizando a importância de trabalhar de forma
336 colaborativa e em parceria com outras entidades, incluindo as instituições
337 acadêmicas. Ela destacou o belo trabalho realizado em conjunto com a UEA na
338 pesquisa do Centro Histórico, ressaltando a relevância de gerar retorno para a
339 sociedade e os acadêmicos envolvidos. Karla mencionou a abordagem de gestão
340 adotada no IPHAN, priorizando a ação coletiva em detrimento do individualismo,
341 enfatizando o trabalho em equipe e os resultados alcançados em conjunto. Ela
342 compartilhou uma curiosidade sobre a instalação de um sistema de para-raio no
343 Teatro como medida de prevenção contra incêndios, e como, logo após a instalação,
344 o sistema foi eficaz ao proteger o Teatro de um raio que caiu nas proximidades.
345 Ressaltou que esses exemplos de sucesso são gratificantes e representam um legado
346 importante. A conselheira agradeceu pelo reconhecimento, destacando que é o
347 trabalho em conjunto e a busca por resultados positivos que os impulsiona. **O**
348 **PRESIDENTE** informou que a conselheira Eneila publicou ali uma mensagem
349 parabenizando pela aula, parabenizando a equipe. O suplente **Marcelo Correia**
350 também entrou no coro fazendo uma mensagem elogiosa à conselheira Karla e à sua
351 equipe *não foi possível compreender* citou o Mauro, que sempre foram
352 comprometidos com o trabalho no IPHAN e também muito organizados e proativo, dá
353 muito gosto. O Instituto de Arquitetos do Brasil, que é quem representa aqui nesse
354 conselho, já fez um seminário em parceria com o IPHAN, discutindo essa normativa
355 para o Centro Histórico já tem quase 3 anos, já tem 2 anos e meio. E dá muito gosto

356 ainda ver esse trabalho sendo defendido. Agradeceu. Quer saber se vai passar para
357 normativa em si, com o detalhamento dela. Não entendeu se parou por aqui ou vai ter
358 uma segunda parte. **A conselheira Karla Bitar cumprimentou o suplente** Marcelo
359 e disse que é um prazer, uma satisfação também falar com ele que está aí
360 representando o grupo de arquitetos, o qual faz parte. Essa participação que se deu
361 dos arquitetos foi uma participação inédita a nível nacional. Pela primeira vez, o IPHAN
362 fez um esboço de uma norma e esses parâmetros do esboço foram testados por
363 arquitetos, e aí esses arquitetos também disseram se achavam assertivos ou não,
364 enfim, o IPHAM deu essa condição. Isso é inédito. Agradeceu e quero disse, que o
365 produto final, que é a publicação da norma, o sucesso desse instrumento legal se deve
366 muito a essas pessoas que participaram, inclusive arquitetos. Respondendo à
367 pergunta do Marcelo, então, a partir de suas contribuições, a minuta foi fechada, foi
368 concluída aqui no IPHAN do Amazonas e está sendo alvo de uma análise do IPHAN
369 sede, do Departamento de Patrimônio Material e ainda da Procuradoria do IPHAN, e
370 pretende-se, no final do mês que vem, disponibilizá-la para uma consulta pública,
371 quando vocês terão mais uma vez, a oportunidade de comentar e de enviarem as
372 suas manifestações para o IPHAN. É mais ou menos isso. **Marcelo Correia** acredita
373 que sim. O conselheiro Cereto o pediu para substituí-lo aqui, mas não tinha entendido
374 que o assunto era esse. Não estava entendendo ainda se ia se prolongar mais em
375 cima desse mesmo assunto. Mas, enfim, enfatizou de novo, conhece a conselheira
376 Karla desde antes de ela entrar no IPHAN, viu o seu trabalho começando,
377 acontecendo e florescendo dentro do IPHAN. Publicamente, expos sua admiração
378 pela conselheira e o trabalho que ela colocou e todo o empenho de sua equipe na sua
379 liderança. **A conselheira Eneila está** aqui encantada, acha que deveria ser o primeiro
380 encontro, ou o segundo quando compuseram esse coletivo. Entenderiam com mais
381 facilidade alguns processos já trabalhados, discutidos e analisados. Então é
382 necessária essa conversa, essa explicação, esse discernimento, é muito curiosa, essa
383 parte que foi mostrada das categorias, quando chega no tombo das artes aplicadas,
384 vê que tem uma curiosidade maior de entender, de buscar. Fazer parte desse coletivo,
385 a traz para esse lugar de ter mais pertencimento, de entender mais e contribuir muito
386 mais, principalmente na educação patrimonial, como está chegando nas nossas
387 universidades, como chega na educação básica, algo que é de base mesmo para
388 começar a compreender desde muito cedo. Parabenizou pelo material riquíssimo.
389 Informou que também tem vontade de ter acesso a esse material, ele é necessário.
390 Sentiu-se naquela aula quando do doutorado e convida a equipe, o professor que tem
391 toda uma expertise dentro daquelas temáticas. Sentiu-se assim, empolgada, feliz. O
392 conselho poderia sempre ter um momento a cada tantas reuniões, um momento de
393 trazer um convidado, de entender um pouco mais. **A conselheira Karla Bitar**
394 agradeceu a professora Eneila e agradeço, inclusive, a parceria com a UEA como
395 citou, para além da apresentação que está disponibilizando, que traz as informações,

396 o conteúdo aí colocado, todo o processo, tanto de salvaguarda dos bens, quanto de
397 tombamento, de ações como essa do Teatro, como a da torre sineira da Igreja São
398 Sebastião, como a que virá da Igreja da Matriz, compõem processos SEI, portanto
399 são acessíveis pelo usuário de qualquer computador. Então, querendo se aprofundar
400 em alguma temática, só pedir o número do processo SEI para o IPHAN, que aí o
401 IPHAN fornece, e aí a pessoa tem acesso, ainda bem, nessa lógica da transparência
402 a todos os documentos públicos. **Mestre Camaleão** agradeceu a conselheira Karla e
403 sua equipe. Vem acompanhando o trabalho do IPHAN antes dela assumir e após
404 tomar frente, viu o quanto mudou os trabalhos, o quanto a equipe tem se empenhado.
405 O Mauro também, uma pessoa que está sempre disposta a ajudar, colaborar, às vezes
406 dúvidas ele tá ali no WhatsApp respondendo. Vê também o quanto o IPHAN tem
407 auxiliado, colaborado, para que a capoeira tenha entendimento e às vezes não
408 culpando, mas às vezes a culpa termina em cima dos próprios mestres por falta de
409 entendimento, às vezes a idade avançada faz com que alguns deles não consigam
410 entender certos processos e atrapalha um pouco, mas o IPHAN é de fundamental
411 importância, através dele conseguiu ter um pouco de notoriedade a nível até nacional.
412 Todas as atividades, principalmente da região norte que sabe o quanto é excluído do
413 resto do Brasil e, com a intervenção do IPHAN, na gestão da conselheira Karla,
414 conseguiu ter essa notoriedade, principalmente o pessoal do norte. Conseguiu se unir
415 mais um pouco e falar a mesma língua, participar mais de questões de nível nacional,
416 a questão da roda de capoeira e saberes dos mestres, o próprio entendimento sobre
417 o que é o patrimônio material e imaterial. Então, fica aqui o seu agradecimento e
418 eterna gratidão por tudo que o IPHAN têm feito. **O PRESIDENTE** disse que existe um
419 projeto de construção de um porto naquela área. Perguntou se a conselheira Karla
420 teria alguma informação para deixar. É um projeto que foi muito discutido, a sociedade
421 foi contra, houve movimentos, aí só por curiosidade. **A conselheira Karla Bitar**
422 **respondeu que** o IPHAN, em 2017, publicou essa nota técnica com orientações para
423 a execução de intervenções na área tombada do Encontro das Águas e área de
424 entorno. Intervenções diversas, edificações, inclusive um porto, indicações de
425 soluções técnicas para portos, por que qual era a preocupação do IPHAN? Tem
426 portos, que não quer citar quais, mas aqui na orla, e eles tem, assim, uma contribuição
427 não muito positiva, na paisagem da orla, inclusive trazendo algum tipo de imagem até
428 de caos mesmo, de desorganização e degradação. Então, o IPHAN se debruçou, em
429 regramentos para que isso não ocorresse caso algum porto viesse a se instalar
430 naquela região. E aí, só exemplificando, os platôs, por exemplo, uma das indicações
431 da nota técnica, os platôs onde ficariam os contêineres, eles são platôs rebaixados,
432 encobertos por taludes, e com toda uma proposta de trabalho da ambientação
433 paisagística em volta do porto, espécies nativas, toda uma indicação de soluções para
434 os braços que se projetam no rio. Já existe um braço lá, que é o do PROAMA, não sei
435 se já fizeram alguma visita lá no Encontro das Águas pelo rio, então existem alguns...

436 já existe o braço do PROAMA. Então trabalhou-se nesse regramento, para que
437 qualquer empreendimento, qualquer empreendedor que desejasse executar o seu
438 empreendimento na área do entorno, pudesse entender quais eram as regras do
439 IPHAN e trabalhar nisso. Então, depois da publicação dessa nota técnica, o IPHAN
440 do Amazonas pôde dar continuidade a vários processos que encontravam-se parados
441 e um deles era do Porto. Então o projeto do Porto teve que ser quase que todo refeito,
442 todos os conceitos para se adequar, e teve a sua aprovação há uns 2 anos.
443 Ressaltando aqui que não é o mesmo projeto que foi apresentado lá na época, na
444 ocasião do tombamento. Destacou que existem regras que as pessoas desconhecem,
445 como por exemplo, o local de fundeio dos navios, jamais poderia ser no Encontro das
446 Águas. Quer dizer, quando fez essa nota técnica, da mesma forma que trabalhou na
447 normatização do Centro Histórico, conversou com todos os agentes envolvidos *falha
448 técnica* marinha deu essa contribuição. Ou seja, nenhum porto próximo ou em área
449 tombada, ou área de entorno do Encontro das Águas, poderá demandar uma fila de
450 navios fundeados naquele local contemplativo. Então assim, como disse, tem
451 indicações feitas e soluções para ocupação, para qualquer tipo de ocupação, no caso,
452 pertinentes ao uso da área. **O PRESIDENTE** perguntou se esses livros estão
453 disponíveis para venda ou para acesso e custo **A conselheira Karla Bitar** respondeu
454 que essas publicações, estão disponíveis no site do IPHAN, são gratuitas.
455 Infelizmente não tem disponíveis para venda, muita gente solicita, mas infelizmente
456 não tem. Aliás, são poucos exemplares, o da capoeira, cada mestre tem o seu
457 exemplar, a mesma coisa acontece com os representantes do Sistema Agrícola, da
458 Cachoeira de Iauaretê, mas infelizmente, para aquisição, não há. Mas têm os
459 impressos disponíveis lá no IPHAN, para quem quiser consultar, e ainda tem a versão
460 digital no site do IPHAN. **Dr. Sérgio Cruz** expos sua curiosidade sobre o Museu da
461 Numismática do Amazonas, que é composto por uma coleção de uma pessoa da
462 época da borracha, que tinha mais de 3.000 moedas, ou era 5.000 moedas. Na época
463 em que ele fez a doação, acha que ele deixou como herança para família doar, então
464 ela fez a doação ao Estado. E hoje parte dela sempre eles apresentam lá no Museu
465 da Numismática e na época da doação ela era a quarta maior coleção particular do
466 mundo. Lá tem moedas da época de Jesus Cristo. Então o que que acontece? É um
467 patrimônio que é nosso, e como dito pela doutora Karla, tem um conselho aqui que
468 administra, quando vai algum patrimônio para fora, para uma apresentação, para uma
469 participação de algum evento. Esse tipo de coleção, apesar de ela não envolver, tem
470 moedas nacionais, mas também envolvem moedas do mundo todo, ela é passível de
471 tombamento pelo IPHAN ou não? **A conselheira Karla Bitar** respondeu que sim,
472 qualquer cidadão pode protocolar no IPHAN um pedido de análise de tombamento,
473 no caso, são bens móveis e aí já declarando assim, já documentando também essa
474 valoração, inclusive destacando o valor coletivo, acha que é possível sim, a partir
475 desse protocolo e de um estudo mais aprofundado, o IPHAN se manifestar acerca da

476 pertinência ou não do acautelamento desses bens. Assim como pode ocorrer com
477 qualquer outro bem, mas sempre ressalta, tem que ter essa valoração coletiva, não
478 só para o indivíduo, mas representativa de uma sociedade, no nosso caso na
479 sociedade brasileira. **O PRESIDENTE** disse que é jornalista também, e o jornalista
480 pinça apoios de determinadas colocações e aqui vai uma pergunta. Uma vez tombado,
481 por exemplo, este levantamento que o doutor Sérgio fez, uma vez tombado, há o
482 impedimento da venda, da transferência desse material para outro cidadão? Por
483 exemplo, amanhã o Estado resolve vender, o que não passa na nossa cabeça, mas
484 que resolve vender. Uma vez tombado, é proibida a venda? **A conselheira Bitar**
485 considerou muito oportuna a pergunta do vice-presidente, porque essa pergunta se
486 aplica tanto aos bens móveis, quanto aos bens imóveis e vários outros bens citados
487 aqui do patrimônio material, quando o IPHAN reconhece como patrimônio cultural
488 brasileiro, o IPHAN não traz para si a propriedade e nem a obrigação do proprietário,
489 de ser dele ou de ser de outro, ou seja, não tem problema nenhum que ocorra essa
490 venda. Tanto assim, isso ocorre também no caso dos imóveis. Então aquele bem é
491 acautelado pelo IPHAN, de propriedade do fulano de tal, que num determinado
492 momento resolve vender para dona Maria e tá tudo ótimo, ainda bem. O que a dona
493 Maria tem que fazer é seguir na manutenção daquele bem que é portador de memória
494 e identidade coletiva. **O PRESIDENTE** levantou essa curiosidade, agora vai abrir o
495 jogo. É proprietário de uma tela do Silvano Santos, Silvano pintou muito pouco, pelo
496 menos dentro do seu conhecimento, nesse meio século de atividade cultural. Só
497 conheço duas, um pertence à Pinacoteca, é pequena, e tem uma grande onde ele
498 retrata a Amazônia, 1948. Ganhou esta tela de uma família portuguesa. Não pretende
499 vender, mas ficou curioso. **A conselheira Bitar** respondeu que nesse caso, aí
500 respondendo como IPHAN, não se trata de um bem acautelado pelo IPHAN, então da
501 parte do IPHAN, não teria, óbvio. Ainda que fosse acautelado. Enfim, aí não sabe se
502 tem algum tipo de proteção do município ou do Estado, aí teria que consultar. **O**
503 **PRESIDENTE** perguntou se todos estão plenamente satisfeitos com a equipe e pediu
504 para não perderem a oportunidade. **O Mestre Camaleão** disse que a dúvida do vice-
505 presidente gerou a sua dúvida. Nesse caso em que foi explicado, pegando um
506 exemplo de um prédio que tá tombado e o proprietário vende para uma outra pessoa.
507 Essa outra pessoa não quer manter as características originais, o que acontece nesse
508 caso? Ele deixa de ser tombado, perde o título, a pessoa é multada? O que acontece
509 nesse caso? **A conselheira Bitar** respondeu que o tombamento e o acautelamento
510 são do imóvel, e não do proprietário. Portanto, quem adquire o imóvel tem essa
511 obrigação. Aliás, qualquer intervenção tem que ser objeto de análise do IPHAN, para
512 que não se perca os seus valores. Escutou na fala do Mestre a questão das
513 características originais. Essa questão da originalidade também é algo que tem que
514 compreender com bons olhos, porque a sociedade brasileira precisa da modernidade
515 para utilizar os prédios. Aqui tem um ar-condicionado, por exemplo, então não

516 adiantaria dizer que não pode fazer nada nas paredes internas aqui do Palácio Rio
517 Negro, que daí seria vazio, aí não teria esse uso, não seria pujante como é, enfim.
518 Então essa compreensão da originalidade e do que pode, e do que não pode, isso aí
519 realmente é uma questão muito importante, a exemplo aí do Casarão da Inovação
520 Cassina, o IPHAN tem que está sempre antenados naquele objeto, que é sempre
521 ressignificado ao longo dos anos, aquilo já foi hotel, já foi ruína e que precisa receber
522 uma intervenção que atenda às necessidades da sociedade contemporânea, seja um
523 ativo no desenvolvimento social econômico. Então a pessoa não tem que ter receio
524 de comprar um imóvel em área tombada, porque tem que seguir determinadas regras,
525 que se seguir e se fizer uma intervenção assertiva, o valor do imóvel pode ir lá para
526 cima, inclusive como aconteceu, como certamente tem acontecido com algumas
527 intervenções, inclusive do Cassina, que era uma ruína. Diante dessa tarde
528 maravilhosa, **O PRESIDENTE** deu por encerrada a ordem do dia, abrindo voz ao
529 plenário para que os conselheiros e os convidados aqui presentes, que queiram se
530 pronunciar sobre registros ou outros assuntos gerais de interesse do conselho, mas
531 sem caráter deliberativo. Abriu as inscrições para quem quiser falar. E assim, sem
532 mais manifesto ou assunto para ser tratado em plenário, agradeceu a presença de
533 todos e deu por encerrada esta 15ª Sessão Ordinária, pedindo ainda que seja
534 providenciada as determinações feitas nesta seção e a ata, a qual será encaminhada
535 a minuta aos conselheiros para a leitura e para aprovação no expediente das próximas
536 reuniões, com posterior encaminhamento para o arquivamento na Secretaria geral do
537 conselho do COPHAM, visando o devido registro. Parabenizou a todos por essa
538 belíssima tarde com esta aula promovida pelo IPHAM e sua equipe.

ABRAHIM SENA BAZE

Presidente – 15ª Sessão Plenária Ordinária

SÉRGIO CRUZ

Secretário Geral – 15ª Sessão Plenária Ordinária

LISTA DE PRESENÇA

DE FORMA PRESENCIAL:

1. Abraham Sena Baze - Representante Titular do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas - (IGHA)
2. Karla Bitar Rodrigues – Representante Titular do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – (IPHAN)
3. Wellisson Brito Batista - Representante do Conselho Estadual de Cultura – (CONEC)

DE FORMA REMOTA:

4. Ruy Silvio Lima de Mendonça - Representante Titular da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas - (AMAZONASTUR)
5. Rosemara Staub de Barros – Representante Titular da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
6. Eneila Almeida dos Santos – Representante Titular da Universidade do Estado do Amazonas - (UEA)
7. Carlos Flávio Wallace da Silva – Representante Titular do Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia – (CREA/AM)
8. Marcelo Borborema correia – Representante Titular do Instituto de Arquitetos do Brasil, seção Amazonas - (IAB-AM)
9. Yuri de Almeida silva – Representante Titular da Comissão de Cultura – (ALEAM)

CONVIDADOS:

10. Fernanda da Silva Frota – Representante Suplente do Departamento de Patrimônio Histórico – (DPH/SEC)
11. Mauro Augusto Dourado Menezes - Superintendente substituto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – (PHAN)
12. Manoel de Jesus da Silva Pereira – Analista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – (IPHAN)

APOIO TÉCNICO AO ASSENTO DO DPH/SEC:

13. Luiza Angélica Oliveira Guglielmini – Antropóloga Gerente de Patrimônio Cultural – (DPH/SEC)

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:

14. Marcos Paulo Cereto - Representante Titular do Instituto de Arquitetos do Brasil, seção Amazonas - (IAB-AM)
15. Regina Maria Lopes Pereira Lobato – Representante Titular do Departamento de Patrimônio Histórico – (DPH/SEC)
16. Marcos Apolo Muniz de Araújo – Presidente e Secretário de Cultura e Economia Criativa do Amazonas
17. Tamires Lima - Secretária Geral do Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas – (COPHAM)

EQUIPE COPHAM: Sérgio Cruz – Assessor Jurídico; Symone Farias – Técnica Administrativa; Jennyfer Balbi – Assistente Administrativa; Vanuza Santos – Assistente Administrativa; Adrian Santos – Estagiário; Sofia Vasconcelos- Estagiária